ENTRE A MEMÓRIA E O APAGAMENTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Sandra Maíra Souza Miranda
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-3346-3781
Endereço eletrônico: sandramaira@ifba.edu,br

Palavras-chave: Análise do discurso; memória; educação profissional.

INTRODUÇÃO

A história da educação profissional brasileira, cristalizada em documentos oficiais, produz um efeito de sentido unívoco e linear. Essa narrativa institucional gera a ilusão de uma evolução natural, silenciando as contradições. Sob a ótica da Análise do Discurso (AD) de linha pecheutiana, desvela-se uma discursividade lacunar, onde a "história oficial" assenta-se em apagamentos da memória discursiva do trabalho, operando continuidades com o pensamento colonial. Esse arranjo fixou um imaginário de distinção social do trabalho no país, o trabalho intelectual versus o manual, constituindo a gênese da dualidade da educação profissional.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar o funcionamento dos discursos e das narrativas da educação profissional, investigando como os documentos oficiais tentam fixar sentidos de progresso ao mesmo tempo em que revelam continuidades com o imaginário colonial. O estudo justifica-se pela necessidade de analisar as narrativas oficiais pela ótica da AD. Problematiza-se: como o discurso oficial mascara o conflito da formação profissional? Ao mascarar a exploração, o discurso oficial legitima a dualidade: um ensino propedêutico para as elites e um subsistema paralelo para a reprodução de mão de obra subalternizada, fratura que esta análise busca expor em favor de sentidos de resistência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, de matriz pecheutiana, como percurso teórico-metodológico. Na AD, teoria e análise operam em um

vaivém contínuo, onde o gesto analítico busca tecer as relações entre a língua, o sujeito, a ideologia e a produção dos sentidos (Orlandi, 2012). O discurso é compreendido aqui não como mera transmissão de informações ou estrutura linguística abstrata, mas como efeito de sentidos entre interlocutores, indissociável de suas condições históricas e ideológicas de produção (Pêcheux, 1993).

Para operacionalizar a leitura das materialidades textuais, arquivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, este trabalho articula a AD ao paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Esse modelo epistemológico orienta o olhar para os pormenores, os detalhes aparentemente negligenciáveis do texto político-institucional. São esses indícios que possuem o potencial de revelar os silenciamentos. O *corpus* deste estudo é constituído por recortes textuais de dois marcos legislativos fundamentais para a EPT: o artigo 129 da Constituição Federal de 1937 e o artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 5.692/1971). Por meio da análise desses recortes (R1 e R2), busca-se identificar o discurso dominante e analisar o não dito e os silenciamentos, por meio da AD (Orlandi, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender o funcionamento dos sentidos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, faz-se necessário observar as descontinuidades de suas nomenclaturas e objetivos ao longo do tempo. O processo de circulação dessas discursividades pode ser sintetizado no mapeamento do arquivo institucional apresentado a seguir:

Quadro 01 – Evolução Cronológica e Discursiva da Rede Federal.

Ano	Nomenclatura Institucional	Discursos e Narrativas
1909	Escola de Aprendizes Artífices	Ensino Profissional Primário focado no desenvolvimento da indústria. Produzindo sentido da educação para o trabalho operacional.
1942	Escola Industrial e Técnica	Ensino de nível médio integrado. O sujeito-aluno é a força de trabalho a ser moldada para a indústria.
1959/ 1978	Escola Técnica Federal/ CEFETs	Concessão de autonomia didática e de gestão; foco na formação técnica de mão de obra para a aceleração industrial do país.
2008	Instituto Federal de Educação (IFs)	Formação do cidadão histórico-crítico. Sentido de ruptura com o passado ao introduzir o conceito da "emancipação" e "cidadania".

Fonte: Elaboração da autora (2026).

O percurso exposto no Quadro 01 evidencia como o Estado brasileiro, em diferentes tempos, reorganizou a EPT para responder às demandas do capital. Contudo, é no interior dos textos jurídicos que os indícios do apagamento e da dualidade estrutural se materializam.

Ao aplicarmos o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) sobre o texto constitucional, o artigo 129 surge como uma materialidade significante que expõe as marcas ideológicas do interdiscurso colonial: **Recorte 1 (R1):** "O ensino **pré-vocacional** e profissional **destinado às classes menos favorecidas** é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. [...] É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, **destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados**." (BRASIL, 1937, Art. 129, grifos da autora).

No R1, o funcionamento de sentido das "classes menos favorecidas" e "ensino... destinado às..." não opera como mera descrição de dados socioeconômicos, mas sim como um vetor de determinação ideológica, funcionando para fixar o lugar do sujeito-aluno. Há aqui um outro indício quando aponta para o ensino "pré-vocacional", o Estado produz um efeito de sentido de que a livre escolha de uma vocação é um "já-dito" exclusivo das elites abastadas.

A análise das pistas indiciárias se aprofunda no enunciado que determina que as escolas serão destinadas aos "filhos de seus operários". Essa formulação linguística explicita o desejo do Estado de regular a manutenção das divisões de classe por meio de um processo de hereditariedade discursiva do trabalho manual. O sentido capturado não é o da emancipação, mas o da reprodução ideológica do operariado. Como aponta Orlandi (2014), a manutenção das posições dominantes do poder estatal produz um efeito de acobertamento das contradições, tentando naturalizar a exclusão por meio do texto da Lei.

Em 1971, o Estado mobilizou a máscara da "modernização tecnológica" e da "democratização" para impor a profissionalização no ensino de 2º grau. Os indícios textuais da Lei nº 5.692/1971: **Recorte 2 (R2):** "Art. 5º, § 2º A parte de formação especial de currículo: a) Terá o objetivo de **sondagem de aptidões** e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; b) Será fixada [...] em **consonância com as necessidades do mercado de trabalho** local ou regional [...]". (BRASIL, 1971, grifos da autora).

No R2, as expressões "sondagem de aptidões" e "consonância com as necessidades do mercado" funcionam, na AD, para destituir o estudante de sua condição de sujeito enunciador

de sua própria história. Ele deixa de ser um cidadão em formação e passa a ser significado como "insumo", "mão de obra flutuante" ou "força de trabalho" a ser consumida pelo setor produtivo. Como postula Orlandi (2012), o gesto de interpretação da AD permite evidenciar que a compulsoriedade da formação técnica na escola pública resulta em um aparelho ideológico do Estado voltado à reprodução de trabalhadores para o capital.

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou investigar o funcionamento dos sentidos sobre a educação profissional brasileira, analisando como os discursos jurídicos e políticos operam apagamentos da memória e processos de continuidade colonial. Por meio da Análise do Discurso pecheutiana e do paradigma indiciário, foi possível desconstruir a aparente neutralidade dos marcos regulatórios de 1937 e 1971. Os resultados demonstram que a história oficial da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não é apenas um relato de progresso técnico, mas um campo de disputa simbólica onde o Estado frequentemente atuou para fixar o lugar social do sujeito-aluno como o "desfavorecido de fortuna".

A análise revelou que a dualidade estrutural da educação no Brasil foi legalmente institucionalizada sob o disfarce da vocação e da necessidade do mercado. Ao determinar que o ensino técnico era o destino das classes menos favorecidas (R1) ou ao submeter o currículo escolar à lógica estrita do setor produtivo (R2), o discurso institucional buscou silenciar a memória do trabalho como realização humana, reforçando-o como ferramenta de exploração.

Contudo, este trabalho sinaliza que o ato de pesquisar esses "não ditos" constitui-se como um gesto de resistência discursiva. Ao identificar as falhas e as lacunas nos discursos oficiais, a pesquisadora desarticula a unidade de discurso do Estado. Conclui-se que, embora as estruturas de poder busquem a manutenção das divisões de classe, a memória discursiva permanece viva e pode ser resgatada como instrumento de emancipação. No contexto atual dos Institutos Federais, o desafio reside em consolidar o deslocamento de sentido iniciado na última década: transitar da "escola de aprendizes" para uma instituição de formação histórico-crítica, onde a educação profissional seja, de fato, um direito à cidadania plena e não uma imposição das origens sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso: 20 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.692**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino. Brasília, DF,1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso: 03 jun. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.